

*APONIANICVS POLISCINIIVS: UM FALSO TEÓNIMO

*The votive monument ILER 721 (=EOLisipo 144-G) was unearthed near Lisbon in 1944. It was interpreted as consecrated to an unknown indigenous deity —*Aponianicus Poliscinius— by Vieira da Silva. A few years later, based on correlations with CIL II 272, Pflaum advanced a different epigraphic reading: the monument would plainly be an arula consecrated to a Genius by a woman named Aponia Nicopolis (Aponia Nicopolis Genio Sacrum).*

Meantime, the monolith vanished from sight and the opinions on its meaning assumed an almost affective quality. While the dominant trend was to accept the da Silva's thesis (Encarnação, Albertos, Blázquez), only a few specialists (Untermann) followed the prosaic, unattractive, Pflaum's interpretation.

Fortunately, an old photographic negative of the arula was kept at the Museu da Cidade de Lisboa and so the A. was able to obtain a few good amplified prints of the inscription. These prints clearly prove that Pflaum's reading was the correct one. Nevertheless, the A. does not agree with the development forwarded by Pflaum for the abbreviations of the first line (as well as with the irrelevant readings proposed by Vieira da Silva). In fact, several possible developments, such as G(enio) S(alutari), the G(enio) S(ancto) already suggested by Encarnação, and G(enio) S(uo) seem more probable guesses. By tending to prefer the last hypothesis, the A. accepts the occasional, even if rare, use of Genius into a feminine context, so endorsing the heterodox idea advocated by a few scholars, namely by Otto and Bulhart.

*It must be stressed that the controversial nature of the section dealing with the development of the abbreviations does not interfere with the main conclusion of this paper: The hypothetical *Aponianicus Poliscinius never existed and should be banned from the rolls of indigenous deities included in the corpora and lexica.*

A publicação de inscrições, por antigos autores, enfermou muitas vezes de um apressado ou pouco cuidadoso exame dos monumentos e respectivos textos, situação que uma generalizada mentalidade «pré-científica» proporcionou, ainda que aliada à intrínseca falta de preparação e de rigor por parte de alguns daqueles polígrafos, bem como às incómodas e/ou deficientes condições físicas de observação frequentemente verificadas.

Limitando-se, na maior parte dos casos, as ulteriores e modernas compilações (como, *v.g.*, o *CIL*) a aproveitar quase só essas indirectas notícias e recolhas —ainda que então sujeitas a apertada crítica hermenêutica—, foram assim postos a circular e acreditados, entre os especialistas, inúmeros dados falsos ou menos verídicos, sobretudo no campo da onomástica.

Deste facto têm a pouco e pouco tomado consciência muitos dos actuais investigadores —merecendo especial destaque, no que concerne à *Hispania*, o caso de Albertos Firmat (cf., *v.g.*, «Antropónimos 1972», p. 2; «Organizaciones», p. 6; e, sobretudo, 1975)—, recomendando o imperioso e directo retorno aos monumentos originais, sempre que possível.

Foi assim que, ao longo dos últimos vinte anos e em relação à Península, se corrigiram ou mesmo suprimiram abundantes antropónimos e teónimos ditos pré-latinos que, antes, figuravam como elementos reais e concretos em vários *corpora* e *lexica* (cf., *v.g.*, Albertos Firmat, 1975, p. 947; «Antroponimia pretromana», pp. 64 e 65; 1977).

Porém, nem sempre se tornou possível o reencontro e exame de peças antes publicadas, ou porque entretendo foram destruídas, ou porque —desafiando os esforços já empreendidos— continuam até hoje transviadas. Nestes casos, resta-nos pois o retorno aos antigos autores e sua

renovada, metódica e exaustiva escarpelização, confrontando criteriosamente entre si as diversas fontes manuscritas e/ou bibliográficas disponíveis (cf., v.g. e no que se refere à *Hispania*, Mayer 1984; Donati 1984; Fabre 1984; Bonneville 1984; além de Cardim Ribeiro 1982/83, *Appendix*); quanto a casos mais recentes —porque, paradoxalmente, também os há—, poder-se-á ainda proceder ao exame de antigos materiais fotográficos, sempre que porventura existam.

Foi este, afinal, o processo que seguimos ao tentar, de forma cabal, decidir se na epígrafe *ILER 721* (= *EOlisipo* 144-G) se deveria efectivamente ler o teónimo **Aponianicus Poliscinius*, ou tão só os antropónimos de uma *Aponia Nicopolis* seguidos da consagração a um *Genius*.

* * *

A árula em causa (Fig. 1)¹, descoberta em 1944 —com outras epígrafes (votivas e funerárias)— em plenos *agri* do Município Olisiponense [«Zona SE» (Poço de Cortes, freguesia de Olivais, concelho e cidade de Lisboa)] (Fig. 2), foi então recolhida no Museu da Cidade de Lisboa, onde oportunamente se procedeu ao seu exame e fotografia (cf. Vieira da Silva 1954; idem, *EOlisipo*, p. 268). No entanto, fruto de irresponsáveis e absurdas directrizes superiores —ainda que alheias à direcção e corpo técnico do Museu—, transitou alguns anos mais tarde este monumento para inadequado local sito em Coimbra, onde se acabou por perder ou destruir². De facto, todas as buscas que empreendemos no sentido de o reencontrar resultaram, até agora, totalmente vãs.

A epígrafe em questão foi estudada e publicada em primeiro lugar por Vieira da Silva (1954, p. 307; *EOlisipo*, n.º 144-G), que nela julga poder ler um teónimo indígena composto, **Aponianicus Poliscinius*, cujo primeiro elemento nos propõe aproximar etimologicamente de *Aponiana Insula*, situada na costa siciliana ocidental. Interpreta a totalidade do texto do seguinte modo:

.c(aro?, vel grato?). s(uo vel sibi). | Aponianico | Poliscinio | sacrum |⁵ a(nimo).
l(ibens). ||

Afirma ainda que «as letras C.S. [linha 1] podem ter ainda outras significações mais ou menos verosímeis, que nos dispensamos de mencionar».

Esta «divindade» não é apenas admitida por este autor e —na sua esteira— também por Vives (*ILER 721*), mas ainda por Encarnação (*Divindades*, pp. 91 e 92), por Albertos («Organizações», p. 56, a. 1) e por Blázquez (*Diccionario*, p. 28, col. 2). Contudo, Pflaum (segundo referência in Merlin, 1950, p. 252, n.º 259) propusera já, oportunamente, uma outra leitura:

<G>(enio) s(acrum) | Aponia Nico|polis <Ge>nio|sacrum|⁵ a(nimo) l(ibens)||,

leitura e interpretação que cremos estarem muito próximas das verdadeiras e que foram ainda, recentemente, consideradas por Untermann («Teónimos», p. 345).

¹ Segundo Vieira da Silva (*EOlisipo*, p. 272), o monumento apresentava as seguintes dimensões: Altura: 29,7 cm; Largura no fuste: 17 cm; Espessura: 9,8 cm; Altura das letras: entre 1,8 cm a 1,1 cm.

O respectivo suporte era em calcário lioz.

Pontuação realizada através de pontos triangulares, simples na linha 5, mais elaborados na linha um.

² Informação que nos foi directa e gentilmente prestada pela Directora do Museu, Dr^a Irisalva Moita, a

qual nos facultou ainda a consulta de um «dossier» documental que —sem deixar margem para quaisquer dúvidas— comprova a abusiva transferência em causa. Carece pois de fundamento a afirmativa, subscrita por Encarnação (*Divindades*, p. 91), segundo a qual «a ara [...] está numa arrecadação da Avenida da Índia (Belém, Lisboa), dependente daqueles Serviços [Culturais da Câmara Municipal de Lisboa]».



FIG. 1. Ep. Olis. 144-G = ILER 721

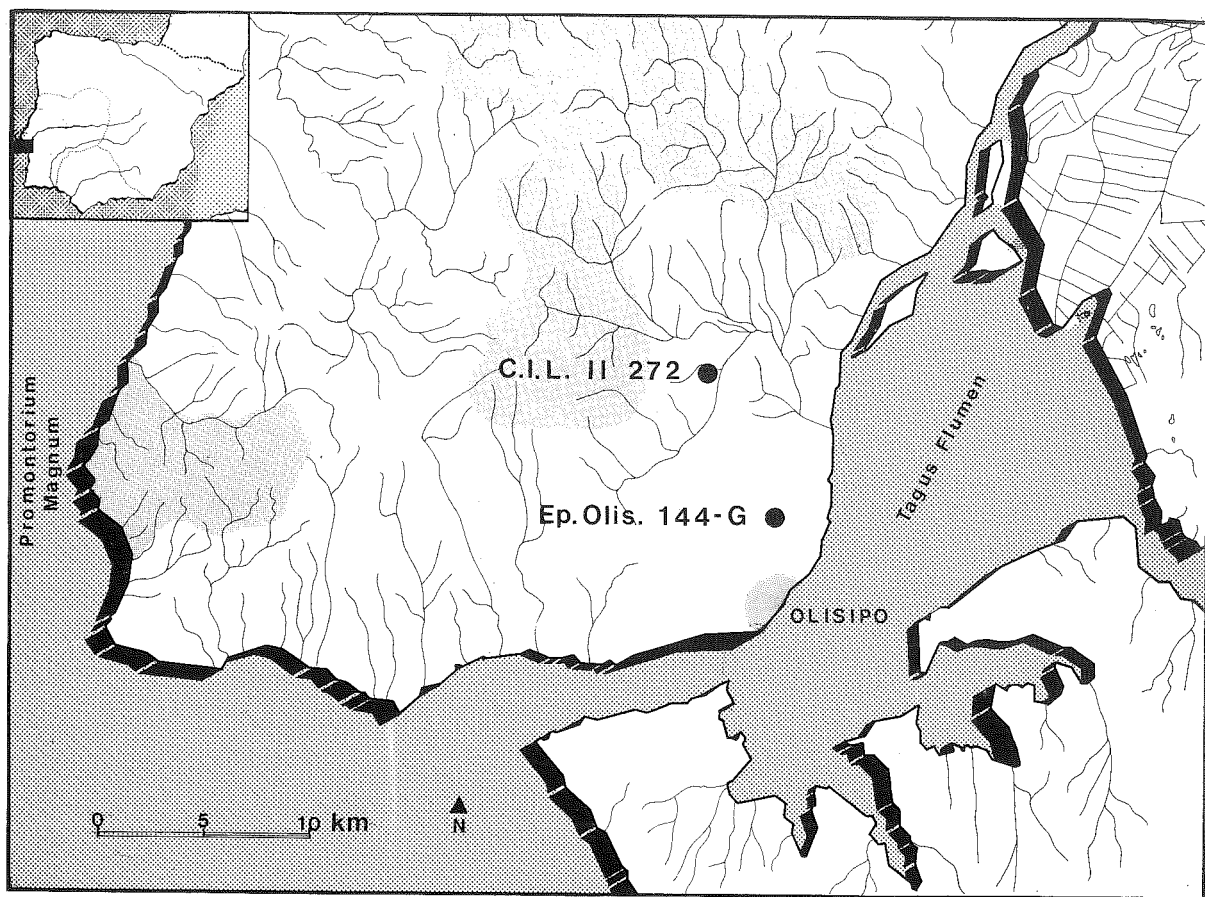


FIG. 2. Locais de proveniência relativos a Ep. Olis. 144-G e a CIL II 272

Entre os autores que seguem a proposta inicial —a de Vieira da Silva—, apenas Encarnação (*Divindades*, p. 92) arrisca rebater aberta e conscientemente a hipótese de Pflaum, para o que evoca as seguintes razões:

- I. «Na pedra não há a separação de palavras pretendida por Pflaum».
- II. A «repetição de *Genio sacrum* (...) parece pouco explicável».

Considera ainda este autor como um *G* a primeira letra exarada na epígrafe, e a sua interpretação difere da de Vieira da Silva apenas no que se reporta àquela mesma linha, que desenvolve na expressão *G(enio) S(ancto)*, supondo-a natural atributo de **Aponianicus Poliscinius*.

Refere também que, «além da aproximação (...) com *Aponiana* —o que nos levaria a pensar numa divindade tópica, sendo, nesse caso, *Aponianicus* um epíteto do deus *Poliscinius*—», se poderia propôr outra com «*Aponus*, nome de uma nascente de água quente sita junto a Pádua —o que nos induziria a atribuir ao deus um carácter aquático-medicinal». Reconhece, porém, que todas «estas aproximações, se bem que sugestivas, pouco de concreto nos podem trazer».

A supracitada argumentação, contrária a Pflaum, deve ter a dada altura induzido Blázquez (*Diccionario*, p. 28, col. 2) a aceitar como verdadeira esta (pseudo)-divindade, a qual, apesar da

interpretação de Vieira da Silva e tendo então talvez em conta a de Pflaum/Merlin, não incluíra ainda em obras anteriores (*v.g.*, *Religiones*)³. O mesmo se terá passado com Albertos Firmat («Organizaciones», p. 56).

Nós próprios, a dada altura (1974/77, p. 312, n. 63) e por directa influência da obra de Encarnação, chegámos a admitir a existência da supracitada (pseudo)-divindade. Porém, não vemos hoje qualquer especial significado na argumentação desse autor *versus* Pflaum, acreditando-a pois perfeitamente discutível e ultrapassável. Assim e apesar dos pontos existentes nas linhas 1 e 5 da epígrafe, não julgamos que a falta de sinais de separação nas outras linhas actue como factor decisivo na leitura e compreensão do texto. Para já, os pontos das linhas 1 e 5 têm um carácter mais estético que funcional, não só porque dois deles surgem colocados, de forma supérflua, no fim das linhas, mas porque os restantes separam, afinal, abreviaturas já de si bastante distanciadas e, nesse sentido, revelam-se igualmente supérfluos.

De facto, verificamos não ser invulgar, quer no Município Olisiponense, quer, em geral, no Império, a existência de epígrafes onde, em simultâneo no mesmo texto, se observam linhas ostentando pontos de separação —funcionais e/ou apenas ornamentais— e linhas onde tais sinais permanecem de todo ausentes [cf. Hübner, *Exempla*, pp. LXXVII e LXXVIII (*e, v.g.*, *exempla* 193, 391, 598, 758, 761, 1068, 1102, 1163, 1165, 1181, 1193); Cagnat 1914, p. 29; Batlle 1946, p. 26; Gordon & Gordon 1977, pp. 183 e 184; Susini 1982, p. 92; além de Mallon 1982, p. 248, n. 8]. Nestes exemplares há palavras que se sucedem ininterruptamente ao longo da linha e que, muitas vezes, continuam na linha inferior —tal como no caso que ora nos interessa—, sem que para tal haja qualquer ponto que facilite ou esclareça a leitura adequada, a qual se terá de fazer em exclusivo através da análise e correcta interpretação dos elementos textuais.

Relativamente a pontuações deste tipo em epígrafes do Município Olisiponense, cremos pois poder observar, entre outros e em esquema —não contando com todas as eventuais e/ou irregulares variantes—, um modelo simples e coerente, constituído da seguinte forma:

— primeira e última linhas com pontuação (por vezes não só funcional mas ainda meramente estética); linhas intermédias sem qualquer pontuação [*v.g.*, apesar de truncado⁴, *Eph. Ep.* IX 24 = *EOlisipo* 5 = Lambrino 1951, n.º 4 = *ILER* 4561 (*Olisipo*)].

Quanto a nós, a pretensa ara a **Aponianicus Poliscinius* não passa de mais um exemplo deste tipo, resultando pois —segundo esta perspectiva— *intencional* e por razões *meramente estéticas*, a omissão de pontos observável nas respectivas linhas 2, 3 e 4 (linhas intermédias), factor que não deve assim induzir a uma forçosa leitura escalonada por linhas.

³ Blázquez, *Diccionario*, não cita Encarnação, *Divindades*, mas apenas Vieira da Silva, *EOlisipo*; de facto, as duas primeiras obras consideradas saíram no mesmo ano, parecendo pois difícil pensar-se, *a priori*, em qualquer eventual influência de uma sobre a outra. Contudo, estamos convencidos de que houve, neste caso específico e de qualquer modo —talvez através do conhecimento do estudo de Encarnação enquanto tese mimeografada, tese publicamente defendida já em 1969—, incentivo do autor português em relação ao espanhol [cf., *v.g.*, Albertos («Organizaciones», pp. 8 e 56) que, de forma explícita, refere e se baseia na versão original (1969) da obra de Encarnação].

⁴ Os vários autores que até agora publicaram este monumento —cuja principal bibliografia acima registámos— interpretam a respectiva truncagem superior como tendo prejudicado apenas parte do gentílico do defunto, que eles

unanimemente creem ocupar a primeira linha da epígrafe.

Todavia, o estudo comparativo de diversos textos similares, exarados em monólitos detectados no interior (e imediata periferia) do aro urbano de *Olisipo*, induz-nos a supôr, com fortíssima probabilidade e em relação ao exemplar em análise, a primitiva existência de uma outra linha, superior à que hoje inicia a epígrafe e, certamente, constituída pela fórmula de consagração aos «Deuses Manes» (cf. *v.g.*, como casos mais ou menos próximos, *EOlisipo* 52, 61, 75, 92 e 102). As inerentes abreviaturas —*DIS.MANIB*, *DIS.MAN*, *D.M* ou, com menos probabilidades, *D.M.S*— deveriam seguramente ostentar pontuação (quer funcional, quer talvez decorativa), agindo pois essa primeira linha, a este nível, como paralelo e simétrico complemento da última, a qual vimos constituir o único trecho pontuado hoje subsistente na epígrafe.

As acentuadas preocupações estéticas de simetria do *ordinator* —preocupações que o *lapidida* tentou respeitar ao gravar a epígrafe em causa— permanecem ainda claramente explícitas através da presença de faixas em branco que «emolduram» o campo epigráfico, faixas que, ao ser executada a inscrição, foram apenas algo desrespeitadas em três pontos:

a) O campo epigráfico poderia ter descido um pouco, em bloco, de molde a que a faixa superior igualasse a inferior; na realidade, a faixa superior resultou demasiado estreita, e a inferior demasiado larga.

b) Na linha 1, o espaço «em branco» inicial é menor que o espaço «em branco» final; contudo, tal desequilíbrio é compensado pelo correspondente avanço uniforme da última linha, o que estabiliza o conjunto.

c) O primeiro *O* de *Nicopolis* e o de *Genio* excedem, respectivamente nas linhas 2 e 3, o espaço em teoria destinado ao campo epigráfico, ocupando —ainda que condicionados a um módulo reduzido— parte da faixa direita.

Este último facto, que uniformiza visualmente as linhas 2 e 3 —as quais assim terminam ambas por um pequeno *O*—, contribui decerto para «falsificar» uma primeira leitura do texto, sugerindo, para cada destas linhas, um vocábulo inteiro e não vários (três ao todo, na realidade), entre os quais um que se inicia na linha 2 e termina apenas na linha 3, apesar de conter, em posição intermédia, o primeiro dos pequenos referidos *OO*. Porém, factos semelhantes são sobejamente conhecidos por todo o Império, inclusive noutras inscrições do Município Olisiponense [*v.g.*, neste último território, Cardozo 1958, n.º 8 (= *HAEp* 1620), leitura completa efectuada pelo autor (1982/83) —respectivas linhas 2/3]⁵.

Em relação ao segundo argumento que Encarnação evoca para justificar a leitura que faz do presente texto (ou seja, que a repetição de *Genio sacrum* «parece pouco explicável»), cumpre-nos salientar, como exemplo a confrontar e a considerar, a seguinte epígrafe:

— *CIL* II 2405 (= *ILER* 658 = Blázquez, *Religiones*, p. 135 = Encarnação, *Divindades*, pp. 191 e 192), provém do *Conv. Bracaraugustanus*, e consiste numa ara dedicada ao *Genius Laquiniensis* e datável de finais do séc. II d.C. - séc. III (Blázquez, *Diccionario*, p. 102, col. 1; *idem*, 1977, p. 373)⁶, dedicatória que preenche a face frontal do monumento. Todavia, como —entre outros [Hübner, *loc. cit.*; Bellino 1895, p. 107; Cardozo 1935 (= 1972), n.º 36; Encarnação, *Divindades*, p. 191]— nota já Leite de Vasconcellos (*Rel. Lusitania*, II, p. 195, n. 2), «nas costas da ara vêem-se as seguintes letras (...): *GE.LA*, (...) maiores (e mais grossas) que as da frente» e óbvias abreviaturas da divindade em causa. Este autor sugere ainda «que o lapidida, verificando que a inscrição em tais proporções lhe não cabia, a interrompeu e a passou para o outro lado da pedra». No entanto, tal explicação não esclarece o porquê de o nome da divindade aparecer abreviado numa das faces, e por extenso na outra. De facto, mesmo que se tivesse realmente passado o que propõe Leite de Vasconcellos, o mais natural é que o lapidida iniciasse a epígrafe do mesmo modo nas duas ocasiões, porquanto, não se tendo apercebido ainda da falta de espaço patente na face 1, não teria qualquer motivo para aí começar a dedicatória por abreviaturas. Por outro

⁵ Nesta inscrição, de que até há pouco se tinha apenas decifrado parte da primeira linha, permanece exarado o epitáfio de *P. Staius G. f. Cal. Exoratus, flamen Divi Vespasiani*. O respectivo *cognomen* encontra-se distribuído entre o final da linha 2 e o início da linha 3, sendo a separação efectuada depois do *o*, o qual surge

—em módulo menor— no extremo da linha 2, tangente à aresta direita da face epigráfica: *EXO/RATI*.

⁶ Cronologia idêntica àquela que —como mais à frente veremos— nos surge adequável relativamente à áru-la consagrada por *Aponia Nicopolis*.

lado, o citado autor refere o *lapicida* mas esquece o redactor, pois que o texto em causa deveria constar previamente sobre qualquer material perecível —base a partir da qual se elaboraria a epígrafe—, não sendo pois de admitir que a inscrição se iniciasse, numa das faces, pelo teónimo e, na outra, pela fórmula dedicatória, mas sim (obedecendo a uma base comum) do mesmo modo em ambas as faces. Leite de Vasconcellos esquece também o *ordinator*, pois que o prévio desenho do texto, sobre a ara, impediria erros de cálculo deste vulto, por parte do *lapicida*⁷.

Resta-nos pois admitir que a *repetição*, no mesmo monumento, do teónimo, foi *intencional* (hipótese, aliás, também já entrevista por Mommsen/Hübner, *CIL* II 2405), agindo assim as abreviaturas da face oposta à principal como explícita e destacada invocação da divindade, enquanto que esta, no texto dedicatório propriamente dito, permanece à primeira vista menos saliente —ainda que exarada por extenso—, diluída que está entre os outros elementos (e a meio) desse mesmo texto.

Parece-nos claro e evidente o paralelismo com o *G(enio)* —1ª linha— e o *Genio* —3ª linha— da epígrafe olisiponense em estudo. Poder-se-á porém objectar que uma coisa é a repetição, nas condições expostas, do nome da divindade, e outra, por completo diversa, seria a repetição da forma verbal *sacrum*. Ora é precisamente nesta altura que a nossa interpretação difere das de Pflaum e de Untermann.

De facto, acreditamos ser possível adiantar várias outras hipóteses, mais viáveis, para o regular desenvolvimento das abreviaturas *G.S.* constantes na primeira linha da árula em análise; escalonemos pois algumas, por ordem que julgamos —até certo ponto— crescente de probabilidades:

1. *G(enio) S(alutari)*. Que muitas vezes adequados *Genii* eram invocados *pro salute* de determinados indivíduos e personalidades, constitui realidade inquestionável [cf., *v.g.*, Cesano 1922, p. 467-col. 1 (e exemplos *in pp.* 458-col. 1, 463-col. 2, 476-col. 1); *ILS* 2216; Bulhart 1925-1934, cols. 1831 (54), 1835 (68, 80), 1836 (66, 73)]; o carácter intrinsecamente protector e benfazejo deste tipo de divindades, tão «personalistas», ressalta entre as suas primordiais particularidades (cf., *v.g.*, Toutain, *Cultes Païens*, pp. 441 ss.). São também conhecidos casos de íntima relação expressa entre alguns *Genii* e *Salus* [Otto 1910, col. 1166 (27); Bulhart 1925-1934, col. 1830 (22)]; e, ainda que possamos encontrar uma multidão de *Genii* diversos relativos a numerosíssimos elementos e entidades de entre os que tomavam parte no quotidiano dos povos vigentes durante a Romanidade —situação sobretudo detectável nos derradeiros séculos do Império (Hild 1896, p. 1493, col. 2)—, talvez não seja por acaso que alguns deles se reportam a realidades de cariz aquático, ou seja, eminentemente salutíferas [Otto 1910, cols. 1165 (3, 4), 1167 (21, 37, 42, 66); Cesano 1922, p. 464, col. 2, n.ºs 4, 5 e 11; Bulhart 1925-1934, col. 1835 (13, 39, 46-48)].

Porém, o epíteto *salutaris* raras vezes permanece explícito entre os exemplos que conhecemos [como excepção, *v.g.*, Bulhart 1925-1934, cols. 1837 (73), 1839 (18-20)], e um eventual paralelo peninsular [*CIL* II 3526, *Conv. Carthag., Tarraconensis*: linha 1 - *Genio.S(alutari)? M.F.*], apesar de aliciente, apresenta-se no entanto demasiado dubitativo para ser tomado em real consideração (cf. Cesano 1922, p. 481-col. 2; *ILER* 546a). Cremos, pois, que *G(enio) S(alutari)* não será a melhor interpretação passível de propôr para a primeira linha da árula em estudo, mas a sua eventual possibilidade obriga-nos, evidentemente, a nomeá-la como hipótese.

⁷ Sobre as sucessivas e complementares funções do redactor de textos, do *ordinator* e do *lapicida*, cf., *v.g.*, Mallon 1952, sobretudo pp. 58 ss.; Gordon & Gordon

1977, pp. 70 a 73; Susini 1973; idem, 1982, sobretudo pp. 70 ss.

2. *G(enio) S(ancto)*. Este desenvolvimento foi sugerido já por Encarnação (*Divindades*, p. 92), embora de forma directamente conotada com o pretense teónimo **Aponianicus Poliscinius*: *G(enio) S(ancto) | Aponianico | Poliscinio | sacrum |⁵ a(nimo) l(ibens) ||*.

Todavia, mesmo sem permanecer dependente de um teónimo específico e subsequente, *G(enio) S(ancto)* poderá talvez apresentar-se como uma das mais sólidas propostas na interpretação das abreviaturas em análise, porquanto casos paralelos surgem, de um modo geral, com assinalável frequência por todo o Império [cf., v.g., *ILS* 2216, 2290, 2400, 2545; Cesano 1922, pp. 465 (col. 2), 475 (col. 1), 476 (col. 1); Bulhart 1925-1934, cols. 1833 (83), 1834 (6, 24), 1835 (12, 73), 1836 (68), 1837 (73, 75 - *sanctissimus*)]. Mas, se nos cingirmos à Península Ibérica, os eventuais confrontos reduzem-se novamente a uma expressão quase nula; assim, por exemplo, teremos outra vez de encarar a dubitativa —ainda que conveniente— hipótese de desenvolvimento para a controversa linha 1 de *CIL* II 3526 (= *ILER* 546a), ora passível de supôr-se *Genio.S(ancto).M(unicipii).F(icariensis)...*

No entanto e para lá de todas as dúvidas que se nos possam deparar na busca de fortuitos paralelos geograficamente próximos, não deveremos ignorar a efectiva vulgaridade deste epíteto em diversificados *genii* anónimos espalhados por numerosas Províncias, exemplares quase sempre tardios —facto que, de algum modo, os aproxima da árula de Poço de Cortes, datável já (como veremos) de finais do séc. II-III d.C.— (cf., a propósito, Hild 1896, p. 1492, col. 2).

Antes de passarmos à terceira e última hipótese aqui examinada quanto ao correcto ou mais provável desenvolvimento do início da epígrafe olisiponense em análise⁸, queremos ainda salientarmos os seguintes pontos relacionados com as propostas acabadas de formular:

Em qualquer delas (*Genio Salutari* e *Genio Sancto*), de que tipo de *genius* se trataria? Estamos convictos de que, com grande probabilidade, de um *genius loci* —ou, melhor, do *genius* daquele *locus*, isto é, do lugar onde surgiu a árula, lugar cujo cariz podemos tentar compreender através do respectivo contexto arqueológico. Efectivamente, cumpre-nos desde já destacar:

a) A presença de uma necrópole onde se terão sucessiva e/ou cumulativamente praticado ritos crematórios e inumatórios, assinalada por uma urna calcária de perfil semi-circular; por uma sepultura, completa, de planta rectangular, formada por *tegulae* e alvenaria; por restos de outras sepulturas; por uma tábula (de columbário?) calcária e rectangular, sobre a qual permanece exarado o epitáfio de *G. Iulius Primitivus*, pai de *Terentia Iuliana*; por numerosos restos avulsos de ossos humanos (Vieira da Silva 1954, pp. 303, 307-309; *EOlisipo* 144-H; *ILER* 3939; cf. ainda Bandeira Ferreira 1958).

b) A presença de um santuário ou local sagrado, ainda que eminentemente particular, no âmbito do qual —e além do *Genius* em causa— foram invocados *Iupiter Assaecus* (por *M. Caecilius Caeno*) e *Pater Liber* (por *T. Avo*) [Vieira da Silva 1954, p. 306; *EOlisipo* 144-E, 144-F; *ILER* 214, 665; Blázquez, *Religiones*, p. 171; idem, *Diccionario*, p. 30; Encarnação, *Divindades*, pp. 206 a 208].

c) A presença de outros elementos que podem estar relacionados quer com a necrópole quer com o santuário, nomeadamente uma singular cripta escavada na rocha e forrada de *opus signinum*, na qual se deve entrever a base de um *columbarium*, de um pequeno templo, *vel simile*; além de uma moeda de cobre cunhada sob Marco Aurélio Claudio; e de vários fragmentos cerâmicos, entre os quais parece que alguma «terra-sigillata» (Vieira da Silva 1954, pp. 303 a 305).

⁸ Outras hipóteses de desenvolvimento, porém tão remotas que não julgámos oportuno considerá-las, levar-nos-iam a supôr, v.g., *G(enio) S(inistro)*, *G(enio) S(umo)*, etc. [cf. Bulhart 1925-1934, col. 1837 (76 ss.)].

d) O cariz eminentemente rural da estação —ainda que próxima de *Olisipo*—, cariz que aponta para uma *villa* cuja economia, sobretudo agrícola, se poderá inclusive pressentir através da árula ali consagrada a *Pater Liber*, conforme supôs já Vieira da Silva (*EOLisipo*, p. 270; 1954, p. 306).

Podemos, pois, afirmar estarmos perante uma *villa* rural, em pleno florescimento durante os sécs. II e III d.C. —facto que regularmente se enquadra na próspera situação à época generalizada entre os latifúndios da *Lusitania* (cf. Gorges 1979, p. 40)—, *villa* da qual se detectou parte do respectivo *fanum* (no mais lato sentido do termo), que incluiria um santuário particular e o espaço sagrado destinado a necrópole. O *G(enius) S(alutaris)* ou *G(enius) S(anctus)* exarado sobre uma das árulas aí recolhidas constituiria, assim, o *genius loci* da própria *villa* [cf., como eventual paralelo, Cesano 1922, p. 464, col. 2 (nº 15); Bulhart 1925-1934, col. 1835 (39, 40)]. Cumpre, por fim, relembrar o carácter também tópico porventura atribuível a *Iupiter Assaecus* (Albertos 1952, p. 51), bem como a aproximação frequentemente ocorrida, de diversos modos, entre *Genius* e *Iupiter*, em geral [Toutain, *Cultes Païens*, p. 458; Otto 1910, col. 1167 (28, 29, 36, 37, 51-53); Cesano 1922, pp. 465 (col. 2), 466; Bulhart 1925-1934, cols. 1830 (23 ss.), 1834 (63 ss.)], e mesmo, por vezes, entre *Genius* e *Liber Pater* [Hild 1896, p. 1492, col. 1; Otto 1910, col. 1167 (58, 59); Bulhart 1925-1934, cols. 1830 (30, 31, 42), 1834 (69)]; pelo que não deveremos estranhar a reunião, num mesmo santuário, de árulas sensivelmente contemporâneas e consagradas a estas três divindades.

3. *G(enio) S(uo)*⁹. Se os *genii* pessoais são os mais vulgares e os mais antigos entre todas as homónimas invocações em causa (Toutain, *Cultes Païens*, pp. 445 ss.), os exemplos epigraficamente conhecidos de consagração ao próprio génio do dedicante apresentam-se bastante raros [idem, *ibidem*, p. 446; Cesano 1922, p. 457 (col. 1, ?); Bulhart 1925-1934, cols. 1831 (13), 1834 (54, 65), 1837 (81)]. Assim, assume para nós especial significado o facto de ser peninsular um daqueles raros textos, *CIL* II 2407 = *ILER* 365 (*conv. Bracaraug., Tarraconensis*), o qual ostenta claramente, ainda que num contexto politeístico, a invocação *Genio meo* (*CIL* II, *loc. cit.*, c, linhas 3-4).

Continuando a aproximarmo-nos da versão ora defendida para a linha 1 da árula mandada exarar por *Aponia Nicopolis*, notemos também que Leite de Vasconcellos (*Rel. Lusitania*, III, p. 298) supõe, sem qualquer embaraço e paralelamente ao *Genio meo* constante na epígrafe bracaraense antes mencionada, a expressão *Genio (suo)* relativa ao início de outro texto local (*CIL* II 6338 f = *ILER* 543).

¿Na verdade —e inclinamo-nos de forma sensível para esta última hipótese—, porque não interpretar a inscrição *EOLisipo* 144-G do seguinte modo?:

G(enio).S(uo).|Aponia Nico|polis Genio|sacrum|⁵ a(nimo).l(ibens).||

Uma única objecção pode ser formulada: o facto de o dedicante pertencer ao sexo feminino.

Na realidade, a opinião geralmente aceite considera como indiscutível o cariz masculino de *Genius* —sobretudo do *Genius* pessoal [Hild 1896, p. 1489 (col. 2); Toutain, *Cultes Païens*, p. 445; Cesano, 1922, pp. 449 (col. 2), 453 ss.]—; a ele antepor-se-ia, como necessário complemento e em paralelo, uma feminina *Iuno* (cf. ainda, sobre este último ponto, Haug 1917, col. 1115, § 2).

Porém, a constatação de algumas inequívocas excepções [v.g., *CIL* VIII 22770 (*Prov. Tripol.*): *Genio Tarquittiae Marcelle, matri piissimae (...) matri sanctissimae*] e o consequente repensar de um considerável somatório de dados, cuja correcta interpretação sempre sofrera com o carácter

⁹ Como vimos, Vieira da Silva (*EOLisipo*, p. 271; 1954, p. 307) propusera já, ainda que dubitativamente

e num contexto por completo diverso —e aleatório—, a interpretação *S(uo)* para esta abreviatura.

algo ambíguo e/ou obscuro dos mesmos [*v.g.*, a célebre frase de Sêrvio (*Aen.* II 351), referente ao *Genius Urbis Romae*: «*sive mas sive femina*»], levaram determinados autores —em pequeno número, mas com incontestável autoridade— a pôr em causa o totalitarismo da clássica e vulgarizada corrente de opinião: os sólidos argumentos de um Otto [1910, col. 1157 (39 ss.)], ou as isentas listagens de um Bulhart [1925-1934, col. 1828 (16 ss.)], são de facto aquisições inalienáveis, ainda que um ou outro não convincente detractor tenha posteriormente surgido [*v.g.*, Eisenhut 1979, col. 742 (18 ss.)]. Se, na verdade, seria despropositado negar a acentuada tendência masculinizante da maioria dos *genii* documentados, será igualmente inoportuno ignorar os vários casos em que tal não acontece.

Como explicá-los, todavia, teoricamente? Considerando-os como vestígios de uma ambiguidade sexual peculiar aos «mais antigos cultos de Itália»? —(Hild 1896, p. 1492, col. 2). Ou, contrariamente, considerando-os simples degenerescências tardias, reveladoras de como já se «andava longe do conceito original de *Genius*»? —(Cesano 1922, p. 480, col. 1). Quanto a nós, julgamos estar perante um fenómeno similar ao ocorrido, por exemplo, com *Tutela* —divindade, por seu lado, tão próxima do *Genius* (Hild 1896, p. 1491, col. 1; Leite de Vasconcellos, *Rel. Lusitania*, II, p. 194; Toutain, *Cultes Pâiens*, pp. 442 a 445; Pena 1981, p. 73)—, fenómeno que terá consistido numa certa ambiguidade sexual base (tipo *sive deo sive deae*) a dada altura «oficialmente» cristalizada num género definido: para *Tutela*, o género feminino; para *Genius*, o masculino, talvez (entre outras razões) porque cada vez mais o *genius* pessoal do *pater familias* assume um papel preponderante, transformando-se célere na divindade protectora de toda a família, no *genius domus*, *genius domesticus* (Toutain, *Cultes Pâiens*, p. 445; Cesano 1922, pp. 454 ss.) —aliás, num processo concordante com o crescente cariz patriarcal da sociedade romana, cariz a partir de dada altura sublimado de forma verdadeiramente admirável através do culto prestado ao Imperador, «esse *pater familias* por excelência» (Étienne, *Culte Impérial*, p. 307)...

As «excepções» femininas de *Genius* poderão ainda ter sido influenciadas pela «associação, identificação prática», ocorrida com *Tutela*, tal como afinal parece ter sucedido, por vezes, no caso inverso (Pena 1981, p. 74).

Voltando à epígrafe consagrada por *Aponia Nicopolis* e tomando agora em consideração a hipótese de estarmos perante um *genius* pessoal, cumpre-nos destacar os seguintes pontos:

a) A dedicante, decerto uma antiga escrava (como veremos mais à frente), pode por qualquer razão ter desempenhado, no âmbito de sua família consanguínea, um papel preponderante: *v.g.*, a «conquista» da respectiva liberdade, acaso iniciando um processo a pouco e pouco extensível aos restantes familiares; assim sendo, não estranharemos que invoque o seu Génio, verdadeiro *genius familiae* [Bulhart 1925-1934, col. 1837 (36, 37)] —ou, num paralelismo simbólico sugerido por parentescos etimológicos mais ou menos consciencializados, verdadeiro **generator familiae* (cf., a propósito, Hild 1896, p. 1488).

b) Ainda que consagradas por diferentes indivíduos, as restantes ámulas de Poço de Cortes (dedicadas a *Iupiter Assaecus* e a *Pater Liber*) enquadram-se numa mesma ambiência sócio-religiosa, à qual também não foge a única epígrafe funerária recolhida no local. De facto, a discordância de gentílios entre pai e filha verificada em *EOlisispo* 144-H = *ILER* 3939 (*G. Iulius Primitivus* | *Terentia Iuliana*), acaso revelará a presença de libertos dependentes de diversas *gentes* (Limentani 1974, p. 162, g; cf. ainda Thylander, 1952, p. 92); e, se partirmos do princípio que no âmbito das classes mais desfavorecidas poderiam com frequência incluir-se alguns indígenas (*v.g.*, Mangas 1971, pp. 55 a, 59-60, 119-121, 272-273; idem, 1982, p. 385; Blázquez 1978, p. 438), não deveremos ignorar o carácter pré-latino dos antropónimos ostentados pelos

dedicantes de *Pater Liber* e de *Iupiter Assaecus*, respectivamente *Avo* e *Caeno* (cf. Palomar Lape-sa, *Onom. Lusitania*, pp. 47 e 55; Albertos, *Onomástica*, pp. 46 e 69; idem, «Antropónimos 1964/65», pp. 228 e 234). Aliás, quaisquer dos elementos antes citados omitem indicações de filiação e, os casos masculinos, também de tribo, reforçando assim as nossas suspeitas quanto à sua condição de libertos.

c) Antes de passarmos adiante, cremos ser ainda oportuno recordar a vincada propensão observada, entre escravos e libertos, em consagrarem variados *genii* —sobretudo *genii loci* (no mais lato sentido), mas também muitos outros, entre os quais génios pessoais de seus patronos [Tou-tain, *Cultes Páiens*, pp. 457 e 464; Cesano 1922, pp. 454 (col. 1) e 456 (α)]—, o que até certo ponto nos sugere, por parte de *Aponia Nicopolis* e respectivo agregado sócio-familiar, provável intimidade com este tipo de númenes tutelares.

d) Limitando-nos de novo aos génios pessoais —e atendendo à suposta dedicatória *Genio suo*—, não deixaremos de relacionar a presença próxima de um elemento revelador do culto local a *Liber Pater* com as cerimónias rituais peculiares àquele grupo de génios, as quais consistiam sobretudo em oferendas de vinho, flores e outros produtos de cariz vincadamente rural (Hild 1896, p. 1489, col. 2).

* * *

Todavia, se a hipótese de leitura que vimos a defender para *EOLisipo* 144-G (= *ILER* 721) não tiver, de facto, real correlação com o texto verdadeiramente exarado na árula em causa, de nada nos poderá servir toda a argumentação até agora aduzida, e permaneceremos para sempre na dúvida entre *Aponianico Poliscinio sacrum* e *Aponia Nicopolis Genio sacrum*. Assu-mem, pois, carácter excepcional e decisivo as ampliações fotográficas que, por gentileza da Direcção do Museu da Cidade de Lisboa, lográmos obter a partir de um antigo negativo¹⁰, ain-da vítreo, conservado nos arquivos daquele Museu¹¹.

Verificámos, assim, que na linha 3 do texto se pode ler, seguramente, *GENIO*, e não *-CINIO* (Fig. 3), e que na linha 1 temos *G.S.*, e não *C.S.* (Fig. 4).

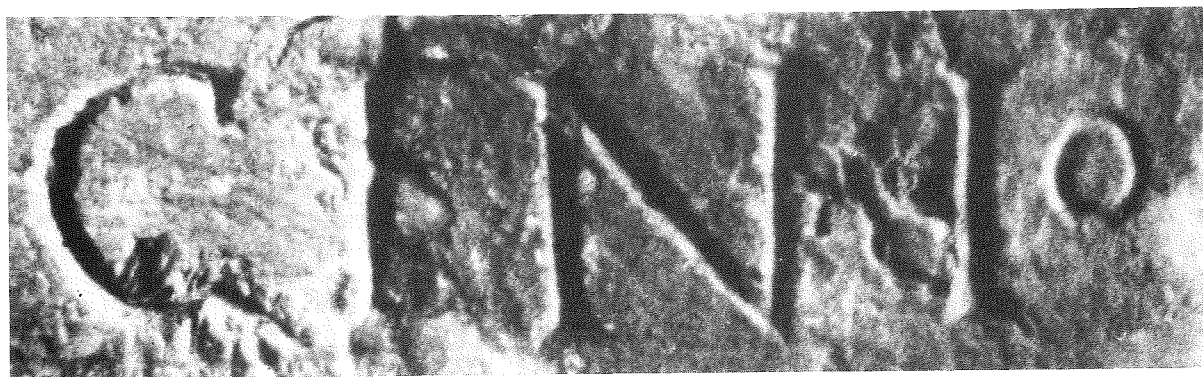


FIG. 3. Ep. Olis. 144-G: pormenor do final da terceira linha (*GENIO*)

¹⁰ O presente negativo foi também utilizado —mas sem se praticarem então as convenientes e decisivas ampliações de pormenor— por Encarnação, *Divindades*, fot. 5. Porém, as amplas dimensões em que foi impresso e a sua inequívoca nitidez bastariam para ter proporcionado já, senão *novas* certezas, pelo menos as maiores

dúvidas quanto à «clássica» leitura de Vieira da Silva...

¹¹ Cumpre-nos aqui agradecer à Dra. Irisalva Moita todas as facilidades concedidas para a reprodução deste negativo, bem como à Dra. Salette Salvado e ao Dr. Fernando Castelo Branco, responsáveis pelo referido Arquivo.

Tornam-se deste modo em tudo pertinentes as hipóteses de interpretação antes adiantadas e desenvolvidas, bem como o confronto —aliás suposto já por Pflaum e Untermann, *loc. cit.*— entre a epígrafe em estudo e a que consta em *CIL* II 272 (= *ILER* 4848), monumento também proveniente dos *Agri Olisiponenses*, «Zona E» (cf. Fig. 2), e cuja leitura (corrigida, relativamente ao *CIL* e ao *ILER*, por observação directa que efectuámos do exemplar)¹² é a seguinte (Figs. 5 e 6)¹³:

*D(iis) M(anibus) | Aponiae. P(ublii) f(iliae) Iulianae | P(ublius) Aponius Iulianu[s] | et
Aponia Nicopolis filiae ||.*

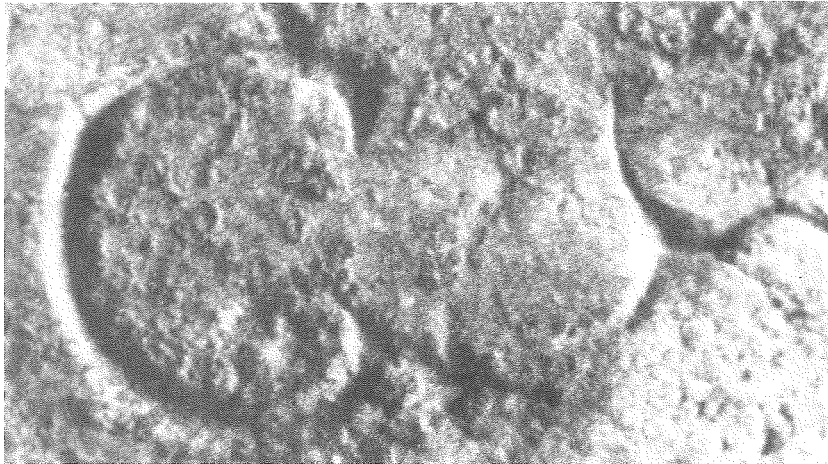


FIG. 4. Ep. Olis. 144-G: pormenor do início da primeira linha (G.)



FIG. 5. *CIL* II 272 = *ILER* 4848: perspectiva geral

A epígrafe, pela presença maximamente abreviada da fórmula de consagração aos «Deuses Manes» e pelas características paleográficas-base ainda detectáveis, deverá ser «tardia», já de finais do séc. II d.C. ou mesmo do III, o que condiz com a cronologia geral proposta por Blázquez (*Diccionario*, p. 28, col. 2) para a árula de que nos ocupámos («letras del s. III»), cronologia

¹² Cumpre-nos desde já agradecer ao Dr. Ludgero Gonçalves, Director do Museu Arqueológico de Loures, que recentemente localizou o monólito e no-lo cedeu, de imediato, para estudo.

¹³ O presente monumento encontra-se hoje incrustado na parede de uma habitação sita no Barro (freguesia de Sta. Maria, Concelho de Loures) em local próximo ou mesmo idêntico ao que, de outro modo, nos é citado por Hübner.

Trata-se de restos de um monólito paralelepípedo em calcário branco, o qual foi «recentemente» truncado e afeiçoado de modo singular, recortando-se-lhe os ângulos em pronunciada linha côncava e picando-se-lhe as faixas superior e inferior (de 11-12 cm de altura cada), que talvez ostentassem molduras. O campo epigráfico, porém, foi deixado intacto, ainda que se lhe avertissem as letras, tendo-se no entanto procurado manter —ou, pelo menos, não apagar— as principais características paleográficas originais, conforme pudémos verificar ao examinar directamente a epígrafe.

Talvez estejamos perante vestígios de um pequeno monumento funerário em forma de ara.

O exemplar apresenta as seguintes dimensões:

Altura: 61,5 cm; Largura: 43,5 cm; Campo epigráfico: 40 cm × 27 cm; Altura das letras: 5,5 cm (linha 1), 4 cm (restantes linhas; excepto o *I* inicial de *Iulianae*, na linha 2, que atinge os 4,8 cm; e o primeiro *A* deste mesmo *cognomen* que, incluso em módulo muito menor, a custo ainda se distingue entre as letras circundantes: 1,1 cm). A espessura do exemplar não pode ser medida nem calculada, atendendo à sua actual localização.

O único elemento de pontuação detectável (linha 2, entre *Aponia* e *P*) revela-se uma *hedera*.

Principais diferenças de leitura verificadas relativamente a *CIL* II 272, para além da diversa distribuição linear do texto: linha 2 - *IVLI[A]N[AE]*; linha 3 - *IVLIAN[V]S PATER*; última linha - *FILIA*.

que, pelo exame formal dos respectivos caracteres, cremos pelo menos dilatável ao último quartel do séc. II; de facto, os GG que podemos ler nesta inscrição, formalmente idênticos ao G n° 6a da fig. 12 de Gordon & Gordon (1977, p. 103), são em absoluto aproximáveis a um G dito «cursivo» que Cagnat (1914, p. 16) menciona como empregue nas províncias, a partir do séc. II d.C., sobre monumentos lapidares —G que surge também (ainda que mais perfeito, mas acaso denunciando igual tradição oficinal) sobre uma das restantes epígrafes descobertas em Poço de Cortes e próximo da árula consagrada por *Aponia Nicopolis*: referimo-nos ao já citado epitáfio de *G. Iulius Primitivus*, *EOlisipo* 144-H = *ILER* 3939 (Fig. 7).

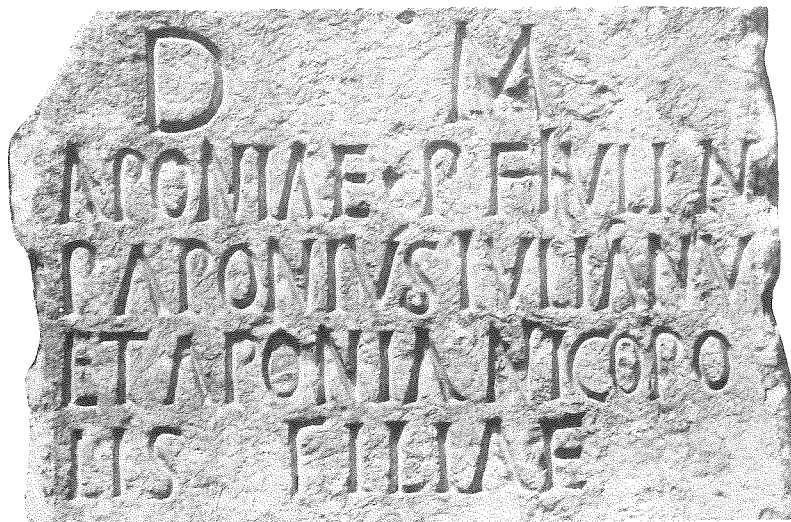


FIG. 6. CIL II 272 = ILER 4848: epígrafe



FIG. 7. Ep. Olis. 144-H = ILER 3939: pormenor do início da segunda linha (G.)

Saliente-se, ainda, que algumas características paleográficas afiguram-se bastante relacionáveis entre *EOlisipo* 144-G e *CIL* II 272; *v.g.*, o traçado geral dos AA, dos OO (= Batlle 1946, p. 14, fig. 16, n° 6) e mesmo dos PP (= Batlle 1946, p. 15, fig. 17, n° 3).

Julgamos, pois, totalmente evidente a identificação, numa só pessoa, das *Aponiae Nicopoleis* patentes em ambas as epígrafes em causa. E, deste modo, surge reforçada a ambiência social suposta já através da análise das inscrições de Poço de Cortes: de facto, *P. Aponius Iulianus* e *Aponia Nicopolis*, marido e mulher ostentando idêntico gentílico e omitindo quaisquer indicações de filiação e (no primeiro elemento) também de tribo, serão por certo libertos de um mesmo patrono; sua filha, porém —conforme lho proporcionava a legislação em vigor, ao considerar como *ingenui* de plenos direitos os descendentes de libertos—, exhibe já a respectiva filiação e herda, naturalmente, o gentílico paterno: *Aponia P. f. Iuliana*.

* * *

Ao finalizarmos este texto recordemos que, antes de mais e circunscrevendo-nos às temáticas-base do presente Colóquio, importava demonstrar a total inexistência da pretensa divindade indígena **Aponianicus Poliscinius*. O estudo dos materiais subsistentes —ou seja, a análise aprofundada e correlativa dos elementos verdadeiramente constantes nas inscrições *ILER* 721 e *CIL*

II 272, e ainda a interpretação exaustiva dos respectivos contextos epigráfico-arqueológicos (temas que apenas nos limitámos a aflorar)— é assunto que não interessa de forma directa ao Colóquio e que, portanto, nos cumprirá desenvolver noutro local.

JOSÉ CARDIM RIBEIRO

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTOS FIRMAT (M.^a Lourdes), 1952, «Nuevas divinidades de la Antigua Hispania», *Zephyrus* 3, Salamanca, pp. 49 a 63.
- 1975, «Situación de la epigrafía hispanorromana. Soluciones posibles al problema», *XIII Congreso Nacional de Arqueología (Huelva 1973)*, Zaragoza, pp. 945 a 950.
- 1977, «Correcciones a los trabajos sobre onomástica personal indígena (...)», *Emerita* 45, Madrid, pp. 33 a 54.
- BATLLE HUGUET (Pedro), 1946, *Epigrafía Latina*, Barcelona.
- BANDEIRA FERREIRA (Fernando), 1958, «Apostila à leitura duma inscrição do Poço de Cortes», *Varia Epigraphica* (separata de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, sér. III, vol. II), Lisboa, pp. 43 e 44.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ (José María), 1977, *Imagen y Mito*, Madrid.
- 1978, «Economía y sociedad de Hispania durante las dinastías de los Antoninos y de los Severos», *Historia de España Antigua*, II, Madrid, «Ed. Cátedra», pp. 443 a 488.
- BELLINO (Albano), 1895, *Inscrições Romanas de Braga*, Braga.
- BONNEVILLE (J.-N.), 1984, «À propos de l'exploitation des livres anciens par E. Hübner: Les 'Antiquédades' de Ambrosio de Morales (1575)», *Épigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, pp. 68 a 83.
- BULHART, 1925-1934, «Genius», *Thesaurus Linguae Latinae*, VI.2 (G), Lipsia, cols. 1826 a 1842.
- CAGNAT (René), 1914, *Cours d'Épigraphie Latine*, 4^a ed., Paris.
- CARDIM RIBEIRO (José), 1974/77, «Três novos monumentos epigráficos da época romana pertencentes à Zona Oeste do Município Olisiponense», *O Arqueólogo Português*, sér. III, vols. VII-IX, Lisboa, pp. 277 a 329.
- 1982/83, «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*», *Sintria*, I-II (1), Sintra, pp. 151-476.
- CARDOZO (Mário), 1935, *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmiento. I - Secção Lapidar e de Escultura*, Guimarães —(2^a ed., ilustrada, Guimarães, 1972).
- 1958, *Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas*, Sintra (= separata da *Revista de Guimarães* 68).
- CESANO (L.), 1922, «Genius», *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*, III (F-H), Ed. Ettore de Ruggiero, Roma —(reimpressão em Roma, 1962)—, pp. 449 a 481.
- DONATI (A.), 1984, «Una silloge manoscritta de iscrizioni romane della Spagna del XVII secolo: breve notizia», *Épigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, pp. 58 a 60.
- EISENHUT (Werner), 1979, «Genius», *Der Kleine Pauly. Lexikon der Antike*, II, München, cols. 741 e 742.
- FABRE (G.), 1984, «Accursius, Hübner et l'épigraphie de Conimbriga», *Épigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, pp. 61 a 67.
- GORDON (Joyce S.) e GORDON (Arthur E.), 1977, *Contributions to the Paleography of Latin Inscriptions*, Milão —(reimpressão conforme a 1^a ed., 1957, Berkeley e Los Angeles).
- GORGES (J.-G.), 1979, *Les Villas Hispano-Romaines*, Paris.
- HAUG, 1917, «Iuno», *Paulys Real-Encyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, X (19). Stuttgart, cols. 1114 a 1125.
- HILD (J.-A.), 1896, «Genius», *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, II.2 (F.G.), ed. Ch. Daremberg e Edm. Saglio, Paris, pp. 1488 a 1494.
- LAMBRINO (Scarlat), 1951, «Inscriptions latines du Musée Dr. Leite de Vasconcelos», *O Arqueólogo Português*, sér. II, vol. I, Lisboa, pp. 37 a 61.
- LIMENTANI (Ida Calabi), 1974, *Epigrafia Latina*, 3^a ed., Milão.
- MALLON (Jean), 1952, *Paléographie Romaine. «Scripturae. Monumenta et Studia»*, III, Madrid.
- 1982, *De l'Écriture*, C.N.R.S., Paris.

- MANGAS MANJARRÉS (Julio), 1971, *Esclavos y Libertos en la España Romana*, Salamanca.
- 1982, «Hispania Romana», *Historia de España*, I (*Introducción, Primeras Culturas e Hispania Romana*), «Ed. Labor», 3.^a ed., Barcelona, pp. 197 a 446.
- MAYER (M.), 1984, «Epigrafía hispánica y transmisión literaria con especial atención a la manuscrita», *Épigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, pp. 35 a 57.
- MERLIN (Alfred), 1950, «Revue des Publications Épigraphiques», *Revue Archéologique*, 36, 6^a série, Paris.
- OTTO (W. F.), 1910, «Genius», *Paulys Real-Encyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, VII (13), Stuttgart, cols. 1155 a 1170.
- PENA (M.^a J.), 1981, «El culto a Tutela en Hispania», *Paganismo y Cristianismo en el Occidente del Imperio Romano* (= *Memorias de Historia Antigua*, 5), Oviedo, pp. 73 a 88.
- PFLAUM (H. G.) — Cf. Merlin, 1950.
- SUSINI (Giancarlo), 1973, *The Roman Stonecutter*, Oxford.
- 1982, *Epigrafía Romana*, «Ed. Jouvence», Roma.
- THYLANDER (Hilding), 1952, *Étude sur l'Épigraphie Latine*, Lund.
- VIEIRA DA SILVA (Augusto), 1954, «Uma estação lusitano-romana no sítio de Poço de Cortes», *Dispensos*, I, Lisboa, pp. 301 a 310.